

UTOPIAS ESPACIAIS DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UM OLHAR SOBRE A VILA DE PONTA NEGRA – NATAL/RN

Gilene moura CAVALCANTE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Pau dos Ferros – E-mail: gilene.moura@ifrn.edu.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

RESUMO

Os processos sociais materializados na cidade capitalista conduzem a ajustes espaciais para atender as necessidades de acumulação do capital. Em Ponta Negra, zona sul de Natal/RN, esses ajustes são representados por um mosaico urbano, produto de processos espaciais diferenciados. Nesse trabalho será considerado o potencial transformador do mercado imobiliário, associado ao Estado em fomento à economia do turismo, na geração de um desenvolvimento geográfico desigual. A Vila de Ponta Negra constitui um arranjo espacial singular resultante das possibilidades múltiplas de reprodução social de camadas sociais variadas e de majoração da acumulação capitalista. Esse trabalho objetiva analisar a natureza das utopias espaciais estruturadas na Vila de Ponta Negra, produtos de ações que visam o uso e o controle desse espaço. Trata-se de uma pesquisa (estudo de campo) realizada a partir de entrevistas com agentes sociais e mapa de uso do solo. Nessa pesquisa foi possível identificar que as ações dos agentes produtores do espaço criam e cristalizam certas ordens morais sobre o espaço, determinando usos e funções que nem sempre estão consoantes com as demandas dos moradores e com a realidade local. Cita-se como exemplo as modificações no Plano Diretor de Natal e a criação de Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS.

Palavras-chave: utopias espaciais, desenvolvimento urbano, acumulação capitalista.

1 INTRODUÇÃO

A Vila de Ponta Negra, que integra o bairro de mesmo nome, passou de uma vila de pescadores, povoado simples de gente humilde, para uma área de franca expansão e especulação imobiliária. A cada ano, residências de classe média alta e até mesmo mansões estão sendo construídas para abrigar uma nova classe social, com um poder aquisitivo superior ao dos moradores mais antigos, tornando a área um grande atrativo para o mercado imobiliário. Os novos ocupantes passaram a exigir dos governantes muito mais do que o que era destinado aos nativos da Vila de Ponta Negra. A infra-estrutura precária e os equipamentos urbanos existentes não conseguiam dar conta dessa nova realidade. Em função dessa nova demanda, outras atividades, ligadas ao comércio e serviços, passaram a fazer parte da dinâmica urbana local. Essas atividades, não obstante os benefícios à população de pequeno poder aquisitivo, contribuíram para o esgotamento do solo para habitação e para o conseqüente aumento dos preços dos imóveis e terrenos existentes.

Com a revisão do Plano Diretor de Natal, em 2007, começa a se delinear um cenário que aponta para perspectivas de mudanças. Parte muito interessante (para o mercado imobiliário) da Vila de Ponta Negra acaba sendo enquadrada como Área Especial de Interesse Social, o que significa certo controle do Estado nas formas de apropriação do espaço urbano, via regulações do uso do solo. Esse processo resulta também de lutas de parte dos moradores da Vila e de seu entorno, face ao assédio do setor imobiliário no local. Diante desse quadro, esse trabalho analisa – a partir de entrevistas com agentes sociais (representantes dos moradores da Vila de Ponta Negra, do setor imobiliário, da construção civil, e do poder público), além de mapa de uso do solo – a natureza das utopias espaciais estruturadas na Vila de Ponta Negra, produtos de ações que visam o uso e o controle desse espaço. Essa análise será empreendida a partir da discussão do desenvolvimento urbano contemporâneo e teorias correlatas, com vistas a compreender processos consubstanciados no espaço intra-urbano das cidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A produção do espaço urbano na sociedade contemporânea

Produção do espaço significa, antes de qualquer coisa, coexistência e sobreposição de relações sociais. Significa materialidade de processos sociais, aparentemente naturais, que são estruturados com base em interesses e práticas individuais e coletivas, sendo guiados por um “conjunto de disposições duradouras” subjacente a tais práticas e processos. Para entender estes processos é preciso compreender os mecanismos que consubstanciam as práticas sociais que, materializadas, balizam o espaço urbano. Este espaço é formado por uma práxis social que tem como pano de fundo um sistema econômico (e político) complexo e criativo, que se renova constantemente, se reinventando, inclusive, em suas próprias crises, naquilo que ficou conhecido como “destruição criativa” (HARVEY, 2005).

Na análise do desenvolvimento urbano são marcantes as materialidades das relações sociais. A terra, condição fundamental para a reprodução do capital, por meio de benfeitorias e mudança no uso (passando então a solo urbano), se transforma em uma mercadoria especial. Ao solo passa a ser atribuída uma condição utilitarista (mascarando o trabalho), de meio e condição para reprodução do capital. O espaço – “conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações” (SANTOS, 1996) –, também passou a incorporar esse utilitarismo, sendo, por vezes, condição indispensável para a economia urbana.

Harvey discute a importância de alguns elementos do sistema urbano, com destaque para a renda e os efeitos de exteriorização de certas atividades urbanas e sua relação com a redistribuição das habitações da classe trabalhadora na cidade. As exteriorizações são importantes resultados da conjunção entre processos sociais e espaciais que influenciam profundamente na reprodução da vida social, bem como nos circuitos do capital. Ele inicia essa explicação tratando dessa influência na redistribuição da renda – do ponto de vista monetário, a renda real do indivíduo – (HARVEY, 1980) e aprofunda com a discussão da acumulação capitalista, que se apropria privativamente desses efeitos em sua trajetória de acumulação (HARVEY, 2001).

Esse mosaico de formas e processos tem um papel decisivo tanto para o capital como para a classe trabalhadora. O capital a ser analisado nesse trabalho é aquele representado pelos setores ligados ao mercado imobiliário. A proposta aqui é analisar como a estruturação do sistema urbano, possibilita a reprodução dos diferentes setores do mercado imobiliário, inclusive nas esferas informais, por mecanismos diferenciados e com implicações diversas, para os diferentes grupos. Para tanto, será empreendido um esforço de fragmentação do processo, escrutinando a dinâmica relativa aos processos mais exteriores, ligados diretamente à cidade, ao mercado, e aqueles que se desenrolam envolvendo a moradia e que estão, também, relacionados à cidade e ao mercado.

Tais processos exteriores estão imbricados na composição do próprio espaço urbano. Em função disso, torna-se pertinente investigar também, o próprio espaço urbano, esse elemento tão importante que, por vezes, parece autônomo, independente, com vida própria. O debate acerca do conceito de espaço passou por períodos bastante turbulentos, em face de apropriações cristalizadas ou de enquadramentos demasiadamente rígidos. Lefebvre (2006) destaca o caráter compartimentalizado do conceito a partir das ciências que o adotavam fazendo associações em função de interesses próprios, redundando em simplificações.

Nas últimas décadas, contudo, um conceito de espaço mais orientado com os acontecimentos das diferentes dimensões da vida humana vem tomando fôlego, especialmente nas ciências humanas. Trata-se da idéia de espaço como produto social. Não um produto estático qualquer (trabalho morto, na linguagem marxiana), mas produto e produtor, meio de e condição para uma materialização dinâmica da dialética social. Desta feita, um espaço social e relacional. Para Lefebvre (2006), o espaço vai além das estruturas que lastreiam o desenvolvimento capitalista, como é sugerido, segundo ele, pela literatura marxista. Não obstante, não deixa de considerar o papel do modo de produção na composição de um dado espaço, não de maneira linear, mas dialética.

David Harvey também é tributário desse conceito e realiza em suas obras um passeio no qual observa como o espaço é visto por vários autores e dá uma preciosa contribuição. Em Foucault, destaca a sua relação com o poder atribuindo-lhe a idéia de espaço como “[...] uma metáfora para um local ou continente de poder” (HARVEY, 2002, p. 197), atido ao controle social. Essa idéia de espaço em Foucault se aproxima muito mais à idéia de território discutida por Rogério Haesbaert, na qual ele destaca uma dimensão jurídico-política, segundo a qual o território é associado a um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um poder de controle, que pode ser, inclusive, de Estado. O espaço, certamente, não prescinde do poder ou do controle, mas estes dois aspectos não são condição *sine qua non* de sua composição.

Harvey recupera também o espaço em De Certeau. A este, Harvey chama de “espaço de enunciação”. Este viés se aproxima mais ao pensamento lefebvreano, uma vez que a variável da vida social é mais presente em sua composição. Confrontando Foucault e De Certeau, Harvey (2002) estabelece que aquele espaço rígido e pouco generalizável no primeiro autor, celebra no segundo, possibilidades de ampliação de entendimento, dado que, segundo Harvey, este seria uma instância da vida social, embora não explique como isso ocorre. Essa ampliação conceitual é uma contemporização que se coaduna também ao pensamento de Lefebvre e, posteriormente, ao de Gottdiener (em sua discussão da organização social como mecanismo capaz de forjar padrões

espaciais) e pode ser considerada um recurso para entender a produção do espaço contemporânea. Nela estão contempladas as dimensões econômica (do modo de produção em Lefebvre), social (Lefebvre, Gottdiener, De Certeau, Harvey) e política (Foucault e Harvey). Esse espaço explica as materialidades, ou a espacialização de certos ordens espaço-temporais, como pensado por Harvey, tangenciado pelas idéias de Bourdieu.

Harvey argumenta que “As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade” (2002, p. 198). Isso nos remete à idéia de espaço produto de e para uma práxis social. Remete, ainda, à idéia de espaço em Bourdieu, quando ele estabelece que “[...] as normas temporais ou estruturas espaciais [estruturam] não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação” (BOURDIEU apud HARVEY, 2002, p. 198). Para Bourdieu (2001, p. 164)

“[...] o espaço social é definido pela exclusão mútua, ou pela distinção, das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (definidas, adiante, como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital)”.

Esse fragmento representa, de certa maneira, aquilo que Bourdieu chama de topologia social, que está relacionada à posição social dos agentes na sociedade, a partir de um conjunto possibilidades de mobilidade, acessibilidade e inserção. Entretanto, embora Bourdieu faça uma leitura interessante do espaço, ressaltando a sua dimensão social, muitas vezes trata o espaço como palco das realizações sociais e não como produto, como se ele existisse *per si*. Isso fica sinalizado quando ele estabelece que “O espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e propriedades” (BOURDIEU, 2001, p. 164). Isso pode ser utilizado como recurso para enxergar em profundidade a dimensão social do espaço, em uma visão circunstancial, mas não deve servir de base para a compreensão do espaço como totalidade.

O que é produto e condição para os arranjos socioespaciais em Bourdieu é o *habitus*, conjunto de disposições duradouras, princípio gerador de práticas que, ao mesmo tempo, “exterioriza a interioridade e interioriza a exterioridade”, como se para resolver um impasse entre subjetividade e objetividade (BOURDIEU, 2001; 2002). O espaço social seria então resultante da produção e incorporação do *habitus*. A relação entre o espaço e o conjunto dos conteúdos sociais que o produziram, não é algo tão simples e nem tão direta. Ela é mediada pelas representações da sociedade, guiadas pelo modo de produção, em um dado tempo. O capitalismo é repleto de contradições e ideologias. Justamente por isso orienta a criação de representações bastante complexas. O espaço como produto das relações sociais está eivado dessas representações, criando um lapso entre a realidade concreta e a sua representação. E isso pode ser visto materializado em espaços como a Vila de Ponta Negra, como será analisado a seguir.

3 HARVEY E SUA ECONOMIA DO ESPAÇO

Para entender a geografia peculiar da vila de Ponta Negra é importante entender quais são os processos sociais que lhes dão materialidade, que compõem aquela paisagem de múltiplas faces. As idéias de David Harvey em torno de uma economia do espaço (embora em escala global) contribuem substancialmente para a compreensão das condições em que se deu a produção desse

espaço singular. Em sua análise, Harvey destaca o papel da apropriação espacial, do ponto de vista de fatores de localização, para o desenvolvimento do capital.

"A localização espacial sempre confere certa vantagem monopolista. [...] Os capitalistas podem usar, e naturalmente usam, estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido. O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma" (HARVEY, 2005, p. 84).

A idéia contida nesse fragmento de texto pode ser apropriada para entender, grosso modo, a disputa pelo controle do espaço na Vila de Ponta Negra. Essa maneira de abordar os movimentos dos agentes produtores do/no espaço, observando que suas ações redundam em materialidades que, necessariamente, atendem à acumulação capitalista, ocorre tendo em vista a propalada capacidade que esse sistema tem de se ajustar a contextos espaciais e, ao mesmo tempo, fomentar ajustes espaciais que possam atender às suas necessidades.

O que explica o centro gravitacional dos interesses imobiliários que vinha se estruturando na Vila de Ponta Negra é uma das facetas do capital, que se utiliza seletivamente do espaço a partir de micro-células, que podem ser representadas por ações, agentes, capitais ou políticas que potencializam a acumulação deste. Nesse caso, o elemento catalisador foi uma política de governo, o PRODETUR/NE, que deu início ao processo de valorização do espaço no bairro de Ponta Negra, que foi apropriado de maneira voraz pelo mercado imobiliário na última década. Entre as áreas passíveis de edificação, aquela que corresponde à Vila, tornou-se então o "crème de la crème" do imobiliário, por seus aspectos paisagísticos e pela quantidade de solo urbanizado disponível.

A partir das teorias que analisam o desenvolvimento urbano contemporâneo, em especial às idéias lançadas pelo geógrafo David Harvey (como a do desenvolvimento geográfico desigual, da acumulação por despossessão, do ajuste espacial, das utopias espaciais, entre outras) buscou-se analisar o recorte espacial em foco produzindo-se categorias teórico-metodológicas de análise que dessem conta de analisar a realidade socioespacial que vem se estruturando no local.

4 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O presente artigo pretende compartilhar reflexões acerca do desenvolvimento urbano e das ações de planejamento voltadas para este. Pretende destacar a natureza dessas ações que, embora arbitrária, são responsáveis pela promoção de utopias dialéticas que nem sempre resultam em efetiva justiça social para o conjunto da sociedade. O trabalho discute estas questões em um bairro turistificado da cidade de Natal?RN.

5 METODOLOGIA, RESULTADOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esse trabalho é resultado de uma investigação acerca do uso do solo em um bairro de notado interesse turístico e imobiliário. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas, por amostragem aleatória simples (retirada a partir setores censitários), pesquisa exploratória no local e mapeamento do uso do solo. Como resultados iniciais verifica-se que as intervenções diretas e indiretas do poder público têm transformado essa área em um espaço repleto de contradições que têm influenciado diretamente no modo de vida da população. A mudança de tipologia no uso do solo é expressiva. O uso comercial e de serviços tem crescido significativamente, o que acarreta, entre outras coisas, o aumento do custo de vida da população. Além disso, a inserção de pessoas advindas de outros Estados e mesmo outros países trouxe um mix cultural que alterou a identidade local. Essas

mudanças acabaram atraindo para a área problemas urbanos como a criminalidade, o tráfico de drogas e prostituição. A Vila de Ponta Negra passou então a ser referida como local exótico e, por isso, produto turístico mais caro.

Todos esses processos, entretanto, têm se mesclado ao cotidiano de seus moradores mais antigos, gerando uma mistura socioespacial, ao mesmo tempo, interessante (do ponto de vista da pesquisa) e preocupante (do ponto de vista dos moradores antigos). A infra-estrutura, os bens e serviços ainda são apropriados desigualmente pelas diferentes classes de renda. Em face disto, o poder público tem buscado engendrar ações de planejamento urbano cujas intenções, *a priori*, seriam de favorecer os moradores mais antigos. Não obstante a natureza das intencionalidades, as referidas ações têm potencializado, entre outros processos, a especulação imobiliária e a segregação socioespacial. Diante do exposto é necessário investigar alguns aspectos da dinâmica intra-urbana na área de pesquisa.

6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 A Vila de Ponta Negra e as utopias dialéticas

A Vila de Ponta Negra possui áreas com diferentes tipos de influências. A área imediata ao núcleo original concentra ainda certa quantidade de habitações originais. A configuração espacial dessa área é bastante heterogênea. A chegada de muitos estrangeiros que fixaram residência, assim como a vinda de pessoas de outras regiões do Brasil, alterou a dinâmica local e modificou o cotidiano dos moradores tradicionais. A procura por moradia, próximo à praia que virou cartão-postal da cidade, fez com que houvesse um superaquecimento do mercado imobiliário local, de modo que a demanda inflacionou o preço dos imóveis (RN IMÓVEIS, 2005). A escassez de terrenos livres no bairro e a forte especulação imobiliária contribuíram para que os olhares se voltassem para a Vila de Ponta Negra.

Uma segunda área de influência refere-se ao trecho do entorno do núcleo original da Vila de Ponta Negra, já referido. Essa área abriga, de um lado, pousadas, hotéis, grandes casarões construídos pelos estrangeiros e por pessoas de outros Estados do País, especialmente da Região Sul e Sudeste, e, ainda, a parte da praia próximo ao Morro do Careca. Em função dessa dinâmica surgiram vários tipos de serviços, como barzinhos, restaurantes, *lan house* etc. Essas atividades, antes de beneficiar a população moradora que possui pequeno poder aquisitivo, contribui para o escasseamento do solo para habitação e para o conseqüente aumento dos preços dos imóveis e terrenos existentes. Existe ainda uma última área de influência imediata, que não faz parte diretamente da Vila de Ponta Negra, correspondendo ao bairro no qual ela está inserida e seu entorno. A influência dessas áreas sobre a Vila de Ponta Negra se dá de forma indireta. Na medida em que os projetos de desenvolvimento do turismo e a construção dos conjuntos habitacionais colaboraram para a estruturação urbana desses (e de outros) bairros na cidade, preparados para atender e atrair os interesses de uma elite, os demais espaços do entorno tiveram sua dinâmica alterada, sob muitos aspectos, em prejuízo para os antigos moradores.

A Vila de Ponta Negra tornou-se, gradativamente, um espaço de utopias: por um lado a “**utopia cosmopolita**”, a saber, aquela criada por e a partir do estrangeiro, que procura as singularidades do cenário e o exótico de um povo; a “**utopia do desenvolvimento**”, fomentada pelo estado, por meio dos investimentos para o turismo e pela dinamização do setor imobiliário nesse seguimento; e, por fim, a “**utopia da ordem socioespacial**”, produzida pela instituição da Área Especial de Interesse Social – AEIS da Vila de Ponta Negra, com o discurso de promover justiça social naquele espaço da cidade.

A análise espacial recortada do ponto de vista das utopias urbanas materializadas no espaço da Vila está fundamentada nas entrevistas com os agentes sociais (na fala dos Presidentes do

Conselho Regional de Corretores de Imóveis –CRECI e do Sindicato da Construção Civil do Rio Grande do Norte – SINDUSCON/RN, do secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB e do representante do Movimento SOS Ponta Negra).

Essas práticas consubstanciadas no espaço são produto das articulações dos interesses de grupos em uma sociedade capitalista. Quando Harvey destaca que “Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço [...]” (HARVEY, 2005, p.80), isso quer dizer que o capital, em diferentes escalas, tem meios de se reproduzir sem que haja, diretamente, um escopo para uma economia espacial capitalista a priori, podendo se utilizar de elementos simbólicos como a cultura local, a imagem, a paisagem e o imaginário social. Harvey destaca, entretanto, que com o estado burguês a sua reprodução ampliada encontra menos obstáculos na realização. O desenvolvimento geográfico desigual que tem lugar na cidade de Natal vem produzindo não mais espaços duais. Verificam-se complexos sistemas de apropriação do solo, por alternância do jogo de poder político, econômico e social, como é o caso da vila de Ponta Negra.

Referências

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RN IMOVEIS. **Demanda inflaciona custo de imóveis em Natal RN**. Artigos. Disponível em: <http://www.rnimoveis.com/noticias/artigos/demanda-inflaciona-custo-de-imoveis-em-natal-rn-2006011850/> Acesso em: 21, novembro, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994